Cândida da Silva Antunes Pires
Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
Paula Nunes Correia
Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
Teresa Lancry A. S. Robalo
Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
Henrique Carvalho
Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Materiais de Apoio
Programas › Bibliografia › Casos Práticos › Exames › Propostas de Resolução

2013

Título:
Teoria Geral do Direito Civil - Direito Processual Civil I (Materiais de Apoio)

Autores:
Cândida da Silva Antunes Pires, Paula Nunes Correia, Teresa Lancry A. S. Robalo, Henrique Carvalho

Edição:
Fundação Rui Cunha
www.fundacao-rc.org
info@fundacao-rc.org

Fundação Oriente
www.foriente.pt
info@foriente.pt

Conceção gráfica e paginação:
FRC graphic design
www.frc-design.com
info@frc-design.com

Coordenação e Revisão dos Autores

cred-dm@fundacao-rc.org

Maio de 2013
Tiragem: 500 exemplares

ISBN 978-99965-954-2-4

Apoios:

官樂怡基金會
FUNDAÇÃO RUI CUNHA
Por Macau, Mais e Melhor. 為澳門，無私奉獻，精益求精

CREDDM

FUNDAÇÃO ORIENTE

Cândida da Silva Antunes Pires
Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
Paula Nunes Correia
Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
Teresa Lancry A. S. Robalo
Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
Henrique Carvalho
Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Materiais de Apoio
Programas › Bibliografia › Casos Práticos › Exames › Propostas de Resolução

2013

官樂怡基金會
FUNDAÇÃO RUI CUNHA
Por Macau, Mais e Melhor. 為澳門，無私奉獻，精益求精

CREDDM

FUNDAÇÃO ORIENTE

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A ideia da publicação deste trabalho surgiu, e foi tomando corpo, na sequência das trocas de impressões realizadas entre os signatários no decorrer dos sucessivos anos académicos, com vista à desejada eficácia da leccionação das disciplinas a seu cargo, na Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

Gradualmente, em desenvolvimento desse projecto, chegámos à conclusão de que poderia ser de utilidade acrescida para os nossos estudantes a reunião, numa mesma obra, de materiais de apoio relativos à regulamentação substantiva do Direito Civil e à sua correspondente disciplina adjectiva, dada a sua complementaridade e a ligação inafastável que as une.

Nesta conformidade, compilámos um conjunto de Exercícios, Casos Práticos e Enunciados de Exames das duas disciplinas, que foram constituindo, nos últimos anos, o núcleo fundamental do material didáctico disponibilizado aos nossos alunos do Curso de Licenciatura em Direito.

Os materiais reunidos incluem Propostas de Resolução de Enunciados de Exames de Frequência e de Exames Finais, a título de orientação sobre o método a seguir nas respostas às perguntas formuladas, sempre com referência aos preceitos legais aplicáveis e às razões da subsunção, nas previsões desses preceitos, dos factos descritos nos enunciados.

Fazem ainda parte desta obra indicações concretas sobre a bibliografia aconselhada, tomando como básica a que se encontra à disposição dos estudantes na biblioteca da Universidade de Macau.

Não deixaremos, ainda, de evidenciar a utilidade que pode ter a divulgação destes elementos na formação de juristas para Macau – desígnio incontornável da Faculdade de Direito em que leccionamos –, não esquecendo os que já frequentam estágios profissionalizantes em áreas de tanta relevância para o pretendido aperfeiçoamento da aplicação do Direito na Região Administrativa Especial de Macau.

Igualmente auguramos para esta obra uma efectiva utilidade prática além fronteiras, sobretudo em Países lusófonos, cujos ordenamentos – tal como o de Macau – são de matriz Portuguesa.

Esperamos, pois, que os elementos agora disponibilizados possam vir a ter a utilidade correspondente à intenção com que foram compilados: acima de tudo, uma mais completa e sólida preparação dos nossos alunos, seus destinatários directos, a quem os dedicamos *ex toto corde*.

Por último, com o devido destaque, os nossos muito sinceros agradecimentos à Fundação Oriente, na pessoa da Exma. Coordenadora da Delegação de Macau-China, Senhora Doutora Ana Paula Cleto Godinho, pelo pronto acolhimento dispensado a esta iniciativa; e sinceros agradecimentos, também, à Fundação Rui Cunha que, através do seu departamento dedicado à divulgação do Direito de Macau, quis associar-se à presente publicação.

Região Administrativa Especial de Macau, Janeiro de 2013.

Cândida da Silva Antunes Pires
Paula Nunes Correia
Teresa Lancry A. S. Robalo
Henrique Carvalho

ÍNDICE GERAL

Parte I – Teoria Geral do Direito Civil 5
Notas Introdutórias 9
Capítulo I – Programa da Disciplina e Bibliografia 11
Capítulo II – Exercícios e Casos Práticos 23
I – Responsabilidade Civil 23
II – Poder Jurídico 26
III – Personalidade Jurídica e Direitos de Personalidade 26
IV – Capacidade Jurídica e Capacidade de Exercício 31
V – Pessoas Colectivas 43
VI – Aquisição de Direitos 45
VII – Conceito de Negócio Jurídico 52
VIII – Modalidades e Perfeição da Declaração Negocial 53
IX – Forma da Declaração Negocial 58
X – Interpretação e Integração dos Negócios Jurídicos 58
XI – Divergência entre a Vontade e a Declaração 59
XII – Vícios da Vontade 69
XIII – Outras Formas de Cessação dos Efeitos Negociais: Resolução 80
XIV – Redução dos Negócios Jurídicos 80
Capítulo III – Enunciados de Provas de Exame e Propostas de Resolução 81

Parte II – Direito Processual Civil I 107
Capítulo I – Programa da Disciplina 111
Capítulo II – Exercícios e Casos Práticos (com Bibliografia) 127
A. Notas Introdutórias 127
B. Lista, por temas, dos Exercícios e Casos Práticos 127
I – Classificação Legal das Acções 128
II – Procedimentos Cautelares 131
III – Aplicação da Lei Processual no Tempo 132
IV – Pressupostos Processuais Relativos às Partes 134
V – Pressupostos Processuais Relativos ao Tribunal 140
VI – Objecto da Relação Processual 141
VII – Actos Processuais em Geral 142
VIII – Modificações e Incidentes da Instância 144
IX – Formalismo do Processo Declarativo Comum (1.ª Parte) 147
X – Formalismo do Processo Declarativo Comum (2.ª Parte) 154
Capítulo III – Enunciados de Provas de Exame (Final e de Frequência) 159
Enunciados com Propostas de Resolução 161
Enunciados Simples 179

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

Disciplina anual do 2.º ano do Curso de Licenciatura em Direito em Língua Portuguesa da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

CARGA HORÁRIA: 5 HORAS SEMANAIS, SENDO 3 TEÓRICAS E 2 PRÁTICAS

Titular da disciplina: ***Paula Nunes Correia***, Licenciada em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela mesma Academia, por equivalência reconhecida ao *Diplôme d'Etudes Approfondies* (*DEA*) *en Droit Comparé*, atribuído pela *Faculté de Droit de l'Université Libre de Bruxelles*. Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, lecciona a Teoria Geral do Direito Civil desde o ano lectivo de 2000/2001, sendo responsável pela sua regência a partir do segundo semestre do ano lectivo seguinte e até ao presente. Nomeada Coordenadora do Curso de Licenciatura em Direito em Língua Portuguesa no ano de 2000/2001, cargo sucessivamente renovado até à data. Directora do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau de 2002/2003 a 2005/2006. Entre 2004 e 2009 exerceu funções, como membro efectivo, no Conselho Superior da Advocacia de Macau, por nomeação de Sua Excelência o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), Dr. Edmundo Ho. Autora de trabalhos sobre Teoria Geral do Direito Civil, Direito da Família e Direito Comparado, com ampla participação em Congressos e Seminários, conta com cerca de três dezenas de trabalhos publicados (ou em fase de publicação) em diversos países, nomeadamente na Áustria, Bélgica, Brasil, Estados Unidos da América, França, Grécia, Macau, Portugal, República Popular da China, e Sérvia.

Aulas Práticas: ***Teresa Lancry de Gouveia de Albuquerque e Sousa Robalo***, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2003. Em Setembro de 2004 iniciou as suas funções como Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, estando actualmente encarregue da leccionação das aulas práticas de Teoria Geral do Direito Civil e das aulas teóricas e práticas de Direito Criminal. E, bem assim, das aulas práticas de Direito Internacional Público, tendo ainda estado encarregue das aulas práticas de Direito

e Processo Criminal no primeiro semestre do ano lectivo de 2010/2011, das aulas práticas de Direito Processual Civil I e II de 2004 a 2006 e das aulas de *Business Law*, na Faculdade de Gestão de Empresas, no ano lectivo de 2004/2005. De 2006 a 2008 foi membro da Comissão para a Reforma do Código de Processo Civil de Macau. Em Julho de 2008 obteve o certificado de frequência do curso de formação inicial de Arbitragem e, em Novembro de 2009, obteve o grau de Mestre em Ciências Jurídico-Criminais.

Notas Introdutórias

Os exercícios e casos práticos que agora se publicam foram sendo resolvidos nas aulas nos últimos onze anos, sendo maioritariamente da autoria de Paula Nunes Correia e Teresa Lancry A. S. Robalo, mas contando ainda com a colaboração de José António Pinheiro Torres, que assumiu a regência da disciplina entre 1999/2000 e o segundo semestre de 2001/2002, e João Nuno Calvão da Silva, responsável pelas aulas práticas nos anos lectivos de 2002/2003 e 2003/2004.

Os casos práticos estão organizados por matérias e em consonância com a ordem do programa da disciplina.

Como vários casos práticos apresentam uma conexão com mais do que uma matéria, optámos por enquadrá-los no âmbito daquela com a qual têm uma maior e/ou mais relevante aproximação.

No que diz respeito às datas de referência, quando nada for dito deve atender-se ao ano lectivo de 2010/2011. Se disserem respeito a algum ano anterior, far-se-á uma indicação em nota de rodapé, bem como quando se quiser evidenciar alguma data concreta para efeitos da sua resolução.

No final da listagem dos casos práticos, incluímos dois enunciados de provas de exame de frequência de anos anteriores, respeitantes ao primeiro e ao segundo semestre respectivamente, acompanhados de um modelo de resolução.

CAPÍTULO I

Programa da Disciplina e Bibliografia

Ano lectivo de 2010/2011

PROGRAMA

Capítulo I - Introdução e Noções Gerais de Direito Civil

I – PRELIMINARES
1. Âmbito da Teoria Geral do Direito Civil
2. Conteúdo da Teoria Geral do Direito Civil
3. Divisão da Teoria Geral do Direito Civil
4. O Direito Civil como parte do Direito Privado
5. O Direito Civil como Direito Privado Comum
6. Sentido do Direito Civil

II – TEORIA GERAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL
A. FONTES DO DIREITO CIVIL
1. Diplomas legais fundamentais do Direito Civil de Macau
2. O sistema do Código Civil de Macau: Parte Geral e Partes Especiais
3. Introdução à estrutura do Código Civil de Macau
4. O Código Civil de Macau de 1999 (CCM): antecedentes históricos
5. Características do tipo de formulações legais utilizado
B. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CIVIL
1. Introdução
Carácter histórico
Função de ordenação sistemática interna
A autonomia e a igualdade como pressupostos actuais
2. O reconhecimento da pessoa e dos direitos de personalidade
O reconhecimento da personalidade jurídica a todos os seres humanos
O reconhecimento a todos os seres humanos de um círculo mínimo de direitos. Os direitos de personalidade (remissão)

3. A autonomia privada
   - Autonomia da vontade e liberdade contratual
   - Aspectos contidos no princípio da liberdade contratual
   - Liberdade de conclusão ou de celebração dos contratos. Excepções
   - Liberdade de modelação do conteúdo contratual. Excepções
4. A boa fé
   - O princípio da boa fé ou boa fé em sentido objectivo
   - Boa fé em sentido subjectivo
   - O princípio da confiança
5. A responsabilidade civil
   - Noção, função e pressupostos da responsabilidade civil
   - Modalidades de responsabilidade
   - Responsabilidade por factos ilícitos (subjectiva)
   - Responsabilidade pelo risco (objectiva)
   - Responsabilidade por factos lícitos. Justificação
   - Modalidades de responsabilidade civil: responsabilidade contratual (negocial ou obrigacional) e responsabilidade extracontratual
6. A concessão da personalidade jurídica às pessoas colectivas
   - Personalidade jurídica singular e personalidade jurídica colectiva. Tipos de pessoas colectivas (remissão)
   - A natureza da personalidade colectiva (remissão)
7. A propriedade privada
   - O problema do domínio sobre os bens como um problema fundamental da sociedade
   - Breve notícia acerca da evolução histórica do sistema dominial
   - Características do direito de propriedade no sistema jurídico de Macau
   - Os direitos reais limitados
8. A relevância jurídica da família
   - A família como realidade natural e social perante o direito legislado
   - O Direito da Família como direito institucional
   - Breve referência aos principais institutos do Direito da Família
9. O fenómeno sucessório
   - O destino das relações jurídicas patrimoniais após a morte do seu titular
   - Breve referência ao Direito das Sucessões de Macau

III – TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA CIVIL. INTRODUÇÃO

1. Conceito de relação jurídica
2. Estrutura interna da relação jurídica
   - Direito subjectivo em sentido amplo: direito subjectivo propriamente dito e direito potestativo
   - Dever jurídico e sujeição
3. Relação jurídica simples e complexa
4. Elementos da relação jurídica

Capítulo II - Teoria Geral dos Sujeitos da Relação Jurídica

I – NOÇÕES GERAIS

1. Sujeitos de direito. Personalidade e capacidade jurídica
2. Modalidades do sujeito das relações jurídicas
3. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos (remissão)
4. O problema dos direitos sem sujeito

II – PESSOAS SINGULARES

1. Personalidade jurídica
   - Início da personalidade jurídica. A condição jurídica dos nascituros
   - Termo da personalidade. A morte presumida (remissão)
   - O dano da morte e a sua reparação
   - Presunção de comoriência. Regime jurídico do desaparecimento
2. Os direitos de personalidade
   - Noção, âmbito e natureza dos direitos de personalidade
   - Características dos direitos de personalidade
   - Tutela geral e específica da personalidade
   - Regime jurídico geral dos direitos de personalidade
   - Os direitos de personalidade especialmente tutelados no Código Civil de Macau
3. Capacidade jurídica e capacidade de exercício
   - Capacidade jurídica. Capacidade de gozo e capacidade de exercício
   - Capacidade e legitimidade. Ilegitimidades conjugais (remissão)
   - Determinação da capacidade negocial de gozo
   - Determinação da capacidade negocial de exercício
   - Enumeração das incapacidades de exercício previstas no Código Civil
4. A menoridade
   - Âmbito da incapacidade dos menores. Excepções
   - Cessação da incapacidade dos menores. Efeitos da maioridade e emancipação pelo casamento
   - Valor dos actos praticados pelos menores
   - Suprimento da incapacidade dos menores. A representação legal
   - Modalidades de representação legal
5. A interdição
   - Requisitos da interdição. Regime jurídico
   - Âmbito da incapacidade por interdição
   - Suprimento da incapacidade dos interditos
   - Valor dos actos praticados pelo interdito
   - Valor de alguns actos, em especial, praticados pelo incapaz: casamento, perfilhação e testamento
   - Cessação da incapacidade por interdição
6. A inabilitação
   - Requisitos da inabilitação. Regime jurídico

Âmbito da incapacidade por inabilitação
Suprimento da incapacidade dos inabilitados: assistência e representação legal
Valor jurídico dos actos praticados pelos inabilitados
Cessação da incapacidade por inabilitação

7. Ilegitimidades conjugais
Ilegitimidades conjugais: protecção dos interesses do outro cônjuge e da família
Regras da administração de bens no casal e excepções às regras
Ilegitimidades conjugais: enumeração
Do suprimento das ilegitimidades conjugais: consentimento do outro cônjuge
Sanções para os actos praticados no âmbito da ilegitimidade conjugal: anulabilidade e nulidade

8. A incapacidade acidental (remissão)

9. Valor dos negócios jurídicos indevidamente realizados pelos incapazes (conclusão):
No âmbito da incapacidade jurídica ou de gozo
No âmbito da incapacidade de exercício
No âmbito das ilegitimidades conjugais

10. Capacidade e legitimidade. Comparação entre (in)capacidade e (i)legitimidade

11. O domicílio das pessoas singulares
Noção e importância do domicílio. Distinção de figuras afins
Domicílio voluntário. Espécies
Domicílio legal. Em especial, o domicílio dos incapazes

12. Curadoria
Requisitos e processo do estabelecimento da curadoria
Curador: direitos e obrigações
Regime jurídico da curadoria

13. Morte presumida
Requisitos e processo de declaração de morte presumida
Efeitos da declaração de morte presumida
Regime jurídico. Direitos do ausente que regressa

III – PESSOAS COLECTIVAS

1. Noções gerais
Conceito e natureza das pessoas colectivas
Função sócio-económica da personalidade colectiva
Elementos constitutivos das pessoas colectivas. Substrato e reconhecimento
Classificação das pessoas colectivas

2. Constituição das pessoas colectivas
Formação do substrato das corporações de direito privado
Formação do substrato das fundações de direito privado
O reconhecimento. Modalidades do reconhecimento

3. Regime jurídico geral das pessoas colectivas
Capacidade para o exercício de direitos das pessoas colectivas
Capacidade jurídica das pessoas colectivas
Responsabilidade civil das pessoas colectivas

Capítulo III - Teoria Geral do Objecto da Relação Jurídica

I – NOÇÕES GERAIS
1. Objecto da relação jurídica. Conceito
2. Objecto e conteúdo da relação jurídica
3. Objecto imediato e objecto mediato
4. Os possíveis objectos de relações jurídicas

II – AS COISAS E O PATRIMÓNIO
1. Noção jurídica de coisa
2. Noção de património. Diversas acepções
3. O fenómeno da autonomia patrimonial ou separação de patrimónios
4. A figura do património colectivo

Capítulo IV - Teoria Geral do Negócio Jurídico

§ 1° – DOS FACTOS JURÍDICOS EM GERAL

I – CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES
1. Noção de facto jurídico
2. Classificação dos factos jurídicos

II – AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS
1. Introdução
2. Conceito e modalidades de aquisição de direitos
   - Conceitos de aquisição e de constituição de direitos
   - Aquisição originária e aquisição derivada
   - Modalidades de aquisição derivada
   - Aquisição derivada e sucessão
3. Importância da distinção entre aquisição derivada e originária
   - O princípio do “nemo plus juris (…)”
   - Aquisição “a non domino”: excepções à regra da aquisição derivada
   - A protecção de terceiros de boa fé: inoponibilidade da nulidade, proveniente da simulação, a terceiros de boa fé (art. 235.° CCM); inoponibilidade da nulidade e da anulabilidade a terceiros de boa fé (art. 284.° CCM)
   - A protecção de terceiros por força do efeito central do registo (arts. 5.° e 6.° Cód. Reg. Pr.)
4. Modificação de direitos
5. Extinção de direitos
   - Prescrição extintiva ou negativa e caducidade: noção e regime jurídico

III – NEGÓCIO JURÍDICO E SIMPLES ACTO JURÍDICO. PRELIMINARES

1. Conceito de negócio jurídico
   - Conceito e importância do negócio jurídico
   - Relação entre a vontade exteriorizada na declaração negocial e os efeitos jurídicos do negócio: a teoria dos efeitos prático-jurídicos. Negócios de pura obsequiosidade e acordos de cavalheiros
2. Elementos dos negócios jurídicos
   - Conceito
   - Elementos essenciais, naturais e acidentais
3. Classificação dos negócios jurídicos
   - Negócios unilaterais e negócios bilaterais ou contratos. Negócios unilaterais receptícios e não receptícios. Contratos unilaterais, bilaterais ou sinalagmáticos e bilaterais imperfeitos: importância da distinção
   - Negócios entre vivos e negócios "mortis causa". Princípio da proibição dos pactos sucessórios e excepções
   - Negócios consensuais e negócios formais
   - Negócios reais *quoad constitutionem*
   - Negócios obrigacionais, negócios reais (*quoad effectum*), negócios familiares e negócios sucessórios
   - Negócios patrimoniais e negócios pessoais
   - Negócios onerosos e negócios gratuitos
   - Contratos comutativos e contratos aleatórios
   - Negócios de mera administração e negócios de disposição

§2° – A DECLARAÇÃO NEGOCIAL

I – NOÇÕES GERAIS

1. A declaração negocial como elemento do negócio
2. Conceito de declaração negocial
3. Simples actos jurídicos: regime jurídico
4. Elementos normalmente constitutivos da declaração negocial
5. Declaração negocial expressa e declaração negocial tácita
6. O valor do silêncio como meio declarativo
7. Declaração negocial presumida e declaração negocial ficta
8. Protesto e reserva
9. A forma da declaração negocial
10. Perfeição da declaração negocial

II – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

1. Interpretação
   - O problema. Soluções possíveis
   - Solução legal: teoria da impressão do destinatário; soluções, legal e doutrinais, em casos duvidosos; desvios à doutrina geral, ora no sentido de um maior objectivismo, ora no sentido de um maior subjectivismo

2. Integração
   O problema
   Termos em que pode admitir-se a integração
   Solução legal: vontade efectiva das partes, norma supletiva, vontade hipotética das partes ou ditames da boa fé

III – DIVERGÊNCIA ENTRE A VONTADE E A DECLARAÇÃO
1. O problema em geral
   Formas possíveis de divergência: intencional e não intencional
   Substrato teleológico do problema
   Teorias que visam resolver o problema: teoria da vontade; teoria da *culpa in contrahendo*; teoria da responsabilidade; modalidades modernas subjacentes a uma solução declarativista, com destaque para as doutrinas da confiança e da aparência eficaz. Apreciação crítica
   O problema da divergência em face da lei de Macau
2. A simulação
   Conceito, elementos e importância prática
   Modalidades da simulação: simulação fraudulenta e simulação inocente; simulação absoluta e simulação relativa
   Efeitos da simulação absoluta
   Arguição da simulação e remissão para o regime geral das nulidades
   Modalidades da simulação relativa: simulação subjectiva e simulação objectiva
   Efeitos da simulação relativa: o tratamento do negócio dissimulado formal pelo legislador de Macau
   Simulação e terceiros
   Relações entre credores
   Prova da simulação
3. Outras figuras da divergência intencional
   Reserva mental: conceito, modalidades e efeitos
   Declarações não sérias: conceito, modalidades e efeitos
4. Divergência não intencional
   Coacção física, absoluta ou ablativa: conceito e efeitos
   Falta de consciência da declaração: conceito e efeitos, sem culpa e com culpa
   Falta de vontade de acção: conceito, âmbito de aplicação e efeitos
   Erro na declaração ou erro-obstáculo: conceito, regime e confronto com figuras próximas. Regime jurídico de algumas hipóteses particulares
   Erro na transmissão da declaração: conceito e regime

IV – VÍCIOS DA VONTADE
1. Noções gerais
   Noção de vícios da vontade
   Modalidades dos vícios da vontade: enumeração; especificidades da incapacidade acidental; o critério subjectivo-objectivo utilizado para a usura
   Os vícios redibitórios: noção; aspectos particulares da sua regulamentação

Qualificação da invalidade proveniente dos vícios da vontade: anulabilidade e anulabilidade ou modificação do negócio viciado

2. O erro como vício da vontade (erro-vício)
   - Noção. Confronto com figuras próximas: erro-obstáculo e pressuposição (remissão)
   - O problema da exclusão prévia da anulação por erro
   - Condições gerais de relevância do erro-vício como causa de anulabilidade: essencialidade e cognoscibilidade do erro pelo declaratário. Erro objectivamente essencial – essencialidade subjectiva e objectiva – e erro não objectivamente essencial. Requisitos da cognoscibilidade do erro pelo declaratário e erro culposamente provocado por informações prestadas pelo declaratário
   - Escusabilidade e propriedade do erro
   - O erro sobre a base do negócio: regime especial e âmbito de aplicação
3. O dolo
   - Conceito e modalidades: dolo positivo e dolo negativo; *dolus bonus* e *dolus malus*; dolo inocente e dolo fraudulento; dolo do declaratário e dolo de terceiro; dolo essencial e dolo incidental
   - Efeitos do dolo: anulabilidade e responsabilidade pré-contratual
   - Condições de relevância do dolo como causa de anulabilidade: dolo proveniente do declaratário e dolo proveniente de terceiro
   - Fundamento jurídico da anulabilidade por dolo
   - Confronto entre as condições de relevância do dolo e do erro
   - Negócios em que só o dolo releva e negócios em que o dolo não tem relevância
4. A coacção moral ou relativa
   - Conceito e distinção entre coacção relativa e coacção absoluta (remissão)
   - Modalidades: coacção essencial e coacção incidental; coacção dirigida à honra, pessoa ou património do declarante ou de terceiro; coacção exercida pelo declaratário e coacção exercida por terceiro
   - Efeitos da coacção relativa: anulabilidade e responsabilidade pré-contratual
   - Condições de relevância da coacção como causa de anulabilidade: coacção exercida pelo declaratário e coacção exercida por terceiro
   - Coacção moral e simples temor reverencial
5. O estado de necessidade como vício da vontade
   - Conceito e modalidades. Confronto com a coacção
   - Valor jurídico dos actos realizados em estado de necessidade: anulabilidade e modificação do negócio
   - Requisitos, objectivo e subjectivos: estado de necessidade e outras situações próximas tipificadas na lei
   - Usura criminosa: regime especial
   - Estado de necessidade como vício da vontade e estado de necessidade enquanto garantia da relação jurídica (remissão)
6. A incapacidade acidental
   - Conceito: a incapacidade acidental como falta de vontade e como vício da vontade
   - Requisitos e efeitos da incapacidade acidental: anulabilidade da declaração negocial

V – A REPRESENTAÇÃO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

1. Conceito e distinção entre representação e mandato
2. Espécies de representação: representação voluntária, representação orgânica ou estatutária e representação legal (remissões); representação própria e representação imprópria; representação activa e representação passiva
3. Pressupostos da existência da representação: *contemplatio domini*; distinção entre representante e simples núncio
4. Pressupostos da eficácia da representação: legitimação representativa originária e subsequente. Representação sem poderes e confronto com a figura do abuso de representação
5. O negócio consigo mesmo: noção e regime jurídico

§3° – O OBJECTO NEGOCIAL

1. Noção de objecto do negócio jurídico: objecto imediato e objecto mediato
2. Requisitos do objecto dos negócios: possibilidade física; possibilidade legal; não contrariedade à lei ou licitude; determinabilidade; não contrariedade à ordem pública; conformidade com os bons costumes
3. Consequências legais da inobservância dos requisitos: nulidade e responsabilidade pré-negocial

§4° – ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS (CLÁUSULAS ACESSÓRIAS TÍPICAS)

I – CONDIÇÃO

1. Conceito e modalidades
2. Efeitos da condição suspensiva
3. Efeitos da condição resolutiva

II – TERMO

1. Noção e modalidades
2. Efeitos do termo

III – MODO, ENCARGO, OU CLÁUSULA MODAL (remissão)

IV – CLÁUSULA PENAL (remissão)

V – CLÁUSULAS LIMITATIVAS E DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE (remissão)

VI – O PROBLEMA DA PRESSUPOSIÇÃO OU DA ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE FUNDARAM A DECISÃO DE CONTRATAR

1. O problema
2. Conceito de pressuposição
3. Consequências da não verificação da pressuposição

§5° – INEFICÁCIA E INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

I – NOÇÕES GERAIS

1. Ineficácia em sentido lato. Noção
2. Formas de ineficácia em sentido lato
3. Ineficácia em sentido estrito. Noção
4. Modalidades de ineficácia em sentido estrito: total e parcial; absoluta e relativa
5. Inexistência jurídica
6. Ineficácia e invalidade
7. Invalidade e inexistência

II – INVALIDADES

1. Nulidade e anulabilidade. Invalidades mistas. Noções
2. A regra geral em face do Direito de Macau
3. Regime jurídico das nulidades
4. Regime jurídico das anulabilidades
5. Efeitos da declaração de invalidade
6. Invalidade e simples irregularidade
7. A invalidade e outras formas de cessação dos efeitos negociais

III – REDUÇÃO E CONVERSÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

1. Redução dos negócios jurídicos: o problema
2. Soluções doutrinais e regime legal
3. Casos de redução obrigatória
4. Conversão dos negócios jurídicos: o problema
5. Requisitos legais e regime jurídico da conversão
6. Casos de conversão obrigatória
7. Confronto entre conversão e redução
8. Confronto entre a conversão e figuras próximas: negócio dissimulado, conversão formal e negócios com vontade alternativa

BIBLIOGRAFIA

I – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARLOS ALBERTO DA MOTA PINTO, ***Teoria Geral do Direito Civil***, 4ª edição por ANTÓNIO PINTO MONTEIRO e PAULO MOTA PINTO, Coimbra Editora 2005

ORLANDO DE CARVALHO, ***Terceiros para efeitos de Registo***, BFD 70 da UC (1994), p. 97 – 106

PAULA NUNES CORREIA, ***Teoria Geral do Facto Jurídico,*** Faculdade de Direito, UM[1]

PAULO MOTA PINTO, ***Os Direitos de Personalidade no Código Civil de Macau***, BFD da UM, n° 8, ano III, 1999, p. 89 – 125

II – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JOSÉ ANTÓNIO PINHEIRO TORRES, ***Introdução ao Regime Geral da Relação Jurídica Civil***, *in* Reportório do Direito de Macau (versão Portuguesa), Faculdade de Direito, UM, p. 359 – 385

MANUEL DE ANDRADE, ***Teoria Geral da Relação Jurídica***, 2 volumes, Liv. Almedina, Coimbra

NUNO OLIVEIRA, ***Grandes Linhas da Parte Geral do Código Civil***, *in* Instituições de Direito, II volume, Paulo F. da Cunha (org.), Almedina, Coimbra, p. 229 – 276

PAULA NUNES CORREIA, ***Temas de Direito Civil no retorno de Macau à Soberania Chinesa – Questões emergentes da Parte Geral do Código Civil: breve análise***, BFD da UM, n° 19, ano IX, 2005, p. 211 – 230 (versão original)

PAULA NUNES CORREIA, ***Temas de Direito Civil no retorno de Macau à Soberania Chinesa – Questões emergentes da Parte Geral do Código Civil: breve análise***, *Meritum*, Revista de Direito da FCH/FUMEC, volume 2, número 1, Janeiro/Junho 2007, Belo Horizonte, Brasil, p. 5 – 44 (versão abreviada e adaptada)

PAULA NUNES CORREIA, ***Direitos de Personalidade e Novas Tecnologias: da tutela dos direitos no âmbito do ordenamento jurídico civil da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), da República Popular da China (RPC),*** RIPE, Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Divisão Jurídica, Faculdade de Direito de Bauru, SP, Brasil, editada pela Instituição Toledo de Ensino, ISSN 1413-7100[2]

PAULA NUNES CORREIA, ***Da tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos no âmbito do ordenamento jurídico-civil da RAEM***, *in* A China, Macau e os Países de Língua Portuguesa, XX Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Volume II, China, Macau 2010, p. 339 – 353

PAULA NUNES CORREIA, ***Protecção de terceiros adquirentes a non domino***, Instituto de Estudos Jurídicos Avançados, Faculdade de Direito, UM[3]

PAULA NUNES CORREIA e TERESA ALBUQUERQUE E SOUSA, ***Juventude e drogas: uma abordagem legal***, *Meritum*, Revista de Direito da FCH/FUMEC, volume 4, número 1, Janeiro/Junho 2009, Belo Horizonte, Brasil, p. 97 – 132 (versão traduzida)[4]

PAULO MOTA PINTO, ***Os Mecanismos de Protecção Civil da Honra e a Comunicação Social***, BFD da UM[5]

PIRES DE LIMA E ANTUNES VARELA, ***Código Civil Anotado***, vol. I, Coimbra Editora

1 Lições policopiadas para uso interno e exclusivo dos discentes.

2 No prelo.

3 No prelo.

4 Tradução de KARINE SALGADO.

5 No prelo.

III – LEGISLAÇÃO PRINCIPAL

Lei Básica da RAEM
Código Civil
Código Comercial
Código de Processo Civil
Código do Registo Predial
Código do Registo Civil
Código do Notariado
Lei das Relações de Trabalho